

**A comunicação e as colonialidades do poder e do saber:  
o caso das pesquisas latino-americanas**

*Communication and the colonialities of power and knowledge:  
the case of Latin American researches*

Vinícius Oliveira ROCHA<sup>1</sup>

**Resumo**

O presente trabalho busca fazer uma revisão sistemática dos Estudos da Comunicação produzidos na América Latina, estabelecendo um percurso histórico da produção destes estudos. Esse percurso está inscrito dentro do panorama geral dos efeitos do colonialismo e da colonialidade ainda sentidos no continente, abordando-se a forma como a chegada dos espanhóis e portugueses na América ajudou a criar os conceitos de modernidade a partir de uma perspectiva eurocêntrica, perpassando as relações sociais, econômicas, políticas e raciais estabelecidas entre europeus e os povos ameríndios e africanos. Busca-se assim entender de que forma a Comunicação latino-americana, embora ainda não possa se configurar como uma Teoria ou Escola devido à sua falta de homogeneidade, pode ser trabalhada a partir de uma perspectiva pós-colonial gerada e orientada a partir da América Latina.

**Palavras-chave:** América Latina. Estudos da Comunicação. Comunicação latino-americana. Colonialidade. Teorias pós-coloniais.

**Abstract**

The present work seeks to carry out a systematic review of Communication Studies produced in Latin America, establishing a historical path of the production of these studies. This journey is inscribed within the general panorama of the effects of colonialism and coloniality still felt on the continent, approaching how the arrival of the spanish and portuguese in America helped to create the concepts of modernity from a eurocentric perspective, permeating social relations, economic, political and racial established between europeans and the amerindian and african peoples. Thus, the aim is to understand how Latin American communication, although it cannot yet be configured as a Theory or School due to its lack of homogeneity, can be worked on from a postcolonial perspective generated and oriented from Latin America.

**Keywords:** Latin America. Communication studies. Latin American communication. Coloniality. Postcolonial theories.

---

<sup>1</sup> Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Sergipe (PPGCOM-UFS). E-mail: voliveira96@gmail.com

## Introdução

A história da América Latina é constituída de lutas e tensões, as quais são indissociáveis dos efeitos nocivos da exploração colonialista imposta por espanhóis e portugueses ao continente americano. Contudo, por séculos se veiculou a ideia de uma América passiva, ainda subserviente ao controle europeu e aos efeitos do colonialismo mesmo depois dos processos de independência dos seus países. Essa visão de uma América subalterna frente a uma Europa hegemônica – e que foi “criada” por ela – parte de uma mentalidade eurocêntrica, que estabelece o continente europeu como o centro da modernidade e do Mundo.

Diante disso, não há como negligenciar como o processo de colonização repercutiu até mesmo na produção científica desenvolvida na região em comparação com aquela observada na Europa ou América anglo-saxônica. No campo da comunicação, por exemplo, ainda não é possível falar em uma Teoria ou Escola de Comunicação Latino-Americana, e isso tem relação direta com a perpetuação de um modelo de conhecimento eurocêntrico e que se manteve hegemônico mesmo após os processos de independência dos países latino-americanos, subjugando e até mesmo negando as especificidades da região. A hegemonia desse modelo se instituiu um claro processo de colonialidade do saber.

Dito isso, esse artigo tem como objetivo fazer uma revisão sistemática que abrange dos primórdios da colonização na América Latina até a contemporaneidade para mostrar como a heterogeneidade dos estudos culturais e comunicacionais latino-americanos – e a impossibilidade de se falar em uma Teoria ou Escola de Comunicação Latino-Americana – têm relação direta com a construção das dinâmicas coloniais, e como essa questão pode ser resolvida com uma intersecção com o campo dos estudos pós-coloniais.

Para isso, o artigo foi dividido em três tópicos. O primeiro apresenta a maneira como portugueses e espanhóis realizaram sua política colonizadora na região e como esta criou noções como a do Outro, raça e dupla consciência. O segundo centra-se num resumo dos movimentos, pesquisas e instituições ligadas à produção da comunicação latino-americana durante o século XX. Por fim, o terceiro busca tratar as maneiras pelas quais essa comunicação pode se apropriar do campo pós-colonial (e superar suas limitações) para se desenvolver e superar os obstáculos impostos pelos séculos de exploração, de

forma a constituir uma produção latino-americana relevante e em sintonia com as dinâmicas próprias da região.

### **Colonialidades do poder na América Latina**

A conquista ibérica do continente americano inaugurou dois processos inter-relacionados e que definiram muito da história posterior: a modernidade e a organização colonial do mundo. Foi o colonialismo na América que ajudou a definir a constituição colonial dos saberes, das linguagens, da memória e do imaginário. Teve-se ali o início de um processo – o qual culminaria nos séculos XVIII e XIX – que organizou a totalidade do espaço e do tempo, amarrando numa única narrativa universal todas as culturas, povos e territórios, bem como suas histórias, seu presente e seu passado. E no centro dessa narrativa estava (e sempre esteve) a Europa como o centro geográfico e a culminação do momento temporal (LANDER, 2005, p. 10).

Para Mignolo (2005, p. 33), a colonialidade é o “lado escuro” da modernidade. O próprio capitalismo, tal qual a modernidade, é antes de tudo um processo europeu e não mundial, do qual todo o mundo participa, embora em variadas posições de poder. Isso significa que a colonialidade do poder é o eixo que organizou e continua organizando a diferença colonial (MIGNOLO, 2005, p. 34).

Segundo Quijano (2005, p. 107), o estabelecimento do capitalismo colonial/moderno como um novo padrão de poder mundial teve como um de seus eixos fundamentais a classificação da população global de acordo com a ideia de raça. Esta foi uma construção mental que expressou a ideia básica da dominação colonial e permeava as dimensões mais importantes desse padrão de poder, em particular o eurocentrismo.

A ideia de raça, em seu sentido moderno, não possui história conhecida antes da América. Desde que começou a ser gerada no processo colonizador do continente, ela funcionava em referência às supostas estruturas biológicas diferenciais entre estes grupos. Para Quijano (2005, p. 107), a formação de relações sociais fundadas nessa ideia produziu na América identidades sociais historicamente novas (“índios”, “negros”, “mestiços”) e redefiniu outras – como “português”, “espanhol” e mais tarde “europeu” –, que deixam de ter um mero sentido geográfico para assumirem também uma conotação racial. Essas identidades passam a ser associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais

correspondentes; ou seja, raça e identidade racial passaram a ser utilizadas como instrumentos de classificação social no mundo moderno/colonial.

Este mundo foi construído por intermédio de distintas perspectivas do seu imaginário. Ele não se reduzia ao confronto entre europeus e ameríndios, mas estendia-se ao *criollo* (branco, negro, mestiço) surgido da importação dos escravos africanos e da população branca europeia que veio para o continente por seus próprios interesses<sup>2</sup>. Vale ressaltar que foi a partir do circuito comercial do Atlântico que a escravidão se tornou sinônimo de negritude (MIGNOLO, 2005, p. 38).

O autor resgata o conceito de “dupla consciência” cunhado por W.E.B. Dubois (1996) para definir o dilema das subjetividades formadas na diferença colonial e das experiências de quem viveu e vive a modernidade na colonialidade.

É uma sensação peculiar, essa dupla consciência, essa sensação de sempre se olhar pelos olhos dos outros, de medir a própria alma com a fita de um mundo que olha com divertido desprezo e piedade. Sempre se sente uma dualidade – um americano, um negro; duas almas, dois pensamentos, dois esforços inconciliáveis; dois ideais conflitantes em um corpo escuro [...]. A história do negro americano é a história dessa luta – esse desejo de atingir a masculinidade autoconsciente, de fundir seu duplo eu em um eu melhor e mais verdadeiro. (DUBOIS, 1996, tradução nossa)<sup>3</sup>

A subalternidade colonial gerou uma diversidade de consciências duplas. Em sua relação com a Europa, a consciência *criolla* se forjou mais como consciência geopolítica do que como consciência racial. E enquanto racial, ela forjou-se internamente na diferença em relação às populações ameríndias e afro-americanas. Assim, a consciência *criolla* branca era na verdade uma dupla consciência que não se reconheceu como tal; pois a negação da Europa não implicou em uma negação da “europeidade”, visto que o

---

<sup>2</sup> Sobre o termo *criollo*, cabe aqui uma explicação a respeito do seu significado em espanhol, para evitar confusão com o uso do termo em português *crioulo*: “a denominação *criollo* aparece no século XVI e transforma-se através do tempo. Primeiramente, eram considerados *criollos* todos aqueles nascidos na América, mesmo de pais europeus. Posteriormente, a palavra *criollo* passa a ser aplicada a todos os não-índios que estavam aclimatados física e culturalmente à América. No século XVII qualquer homem nascido em solo americano, mesmo de pais europeus, passa a ser denominado ‘americano’” (BALD, 2009, p. 8).

<sup>3</sup> No original: “It is a peculiar sensation, this double-consciousness, this sense of always looking at one’s self through the eyes of the others, of measuring one’s soul by the tape of a world that looks on in amused contempt and pity. One ever feels his two-ness – an American, a Negro; two souls, two thoughts, two unreconciled strivings; two varing ideals in one dark body [...]. The history of American Negro is the story of his strife – this longing to attain self-conscious manhood, to merge his double self into a better and truer self.”

impulso desse tipo de consciência consiste em serem americanos sem deixarem de serem europeus – e ao mesmo tempo serem diferentes dos ameríndios e dos afro-americanos.

A formação do Estado-nação exigia a homogeneidade no lugar da celebração da heterogeneidade; portanto, a consciência *criolla* branca se reconheceu na homogeneidade do imaginário nacional, ao ponto de até hoje se viver nessa duplicidade sem, no entanto, se reconhecer como tal. E mais tarde, no final do século XVIII e início do século XIX, foram os *criollos* quem conduziram os processos de descolonização nas Américas, ao contrário dos povos nativos, tal qual ocorreu na África e na Ásia no século XX. Isso certamente nos ajuda a entender as diferenças que surgiram entre os processos pós-coloniais desenvolvidos nestes continentes, refletindo inclusive no desenvolvimento das pesquisas e teorias ligadas às ciências sociais e aos processos e estudos comunicacionais.

### **A trajetória e os focos das pesquisas latino-americanas em Comunicação**

De acordo com Berger (2019, p. 1), não é possível ainda identificar ou reivindicar uma Teoria Latino-americana da Comunicação; contudo, é possível reconhecer um campo de estudo que assumiu contornos próprios ao longo das últimas cinco décadas, conforme as teorias já existentes foram sendo assimiladas, bem como as problemáticas particulares do continente.

Por sua vez, Duarte (2008, p. 52) afirma que atualmente se acentua uma necessidade dos estudos de Comunicação da América Latina por uma busca de identificação e unidade em torno de certas propriedades que comportem a geração de conhecimento que é própria dessa comunidade de pesquisadores. O autor cita as discrepâncias de visões surgidas no I Seminário Latino-Americano sobre a Investigação da Comunicação realizado em Cochabamba, na Bolívia, em 1999. Lá, o brasileiro José Marques apontava a existência de uma Escola Latino-Americana de Comunicação – caracterizada pela sua mestiçagem teórica, seu compromisso ético-político e por sua dimensão extranacional –; por outro lado, o mexicano Guillermo Orozco questionou que pudesse se falar nesta Escola, visto que a existência dela pressuporia em certas homogeneidades das quais a comunicologia latino-americana carece (DUARTE, p. 53-54).

É possível encontrar já nos anos 1930 estudos sobre jornalismo vinculados à discussão sobre a liberdade de imprensa e legislação. Entretanto, com a dominância do

método historiográfico e bibliográfico não existia perspectiva de um campo de estudo específico da comunicação. A tradição de se transpor e incorporar questões e temáticas alheias va a uma presença de temas, métodos e premissas mais ligados à tradição norte-americana do que aos países latino-americanos (BELTRÁN apud BERGER, 2019, p. 1).

Em 1959, a UNESCO criou o Ciespal (Centro Internacional de Estudios Superiores de Comunicación para América Latina) em Quito, Equador. Ali foram oferecidos cursos, realizadas pesquisas e seminários, além de se contar com a presença de pesquisadores norte-americanos e franceses, definindo-se assim tanto os temas escolhidos (comunicação e modernização, rádio e tele-educação, liderança de opinião) quanto as metodologias (pesquisa quantitativa e análise de conteúdo), além de formar as primeiras gerações de pesquisadores em comunicação.

Catorze anos depois, em 1973, o Ciespal e seus frutos foram avaliados num seminário na Costa Rica:

Primeiro, que lhe falta um marco conceitual próprio; segundo, que a adoção se deu sem juízo crítico; terceiro, que lhe falta um mínimo de sistematização; quarto, que há uma ênfase exagerada no descritivo e quantitativo com exclusão de uma visão qualitativa profunda; quinto, que se prefere analisar os fenômenos de comunicação fora do contexto das variáveis políticas, sociais, econômicas e culturais; sexto, que há uma preferência por temas limitados de pesquisa e uma excessiva concentração em meios massivos e especialmente na imprensa; sétimo, há uma ausência total de políticas e planos para orientar a pesquisa em geral; ou seja, a pesquisa é acidental, não é racional; oitavo, há uma falta de coordenação que tem como resultado o desconhecimento, a duplicação de esforços, o desaproveitamento de experiências e a perda de sentido; e, em nono, que se trabalha, de preferência, de forma não interdisciplinar mas em enclausuramento de disciplinas. (BELTRÁN apud BERGER, 2019, p. 2)

Em decorrência dessa avaliação bastante crítica, o Ciespal passou a buscar raízes na própria América Latina: não apenas foi introduzida nos cursos a preocupação com a Comunicação Popular, como os professores norte-americanos e europeus foram substituídos por nomes latino-americanos.

No mesmo ano em que o Ciespal foi criado no Equador, surgiu na Venezuela o Instituto Venezuelano de Investigaciones de Prensa de la Universidad Central, o qual foi a origem do ININCO (Instituto de Investigaciones de La Comunicación), fundado em 1973 e que tinha como objetivo "a pesquisa da comunicação social ou de massas, que compreende tanto o estudo teórico e metodológico dos problemas da comunicação, como

a análise permanente dos diferentes meios e de sua incidência no âmbito nacional" (AGUIRRE apud BERGER, 2019, p. 2). Assim, tanto o Equador quanto a Venezuela se tornaram as primeiras sedes das pesquisas em comunicação no continente, com o Ciespal expandindo sua pesquisa desenvolvimentista – bem como um projeto de defesa dos valores culturais e nacionais na América Latina, segundo Duarte (2008, p. 58) –, enquanto o ININCO se preocupava em estudar as relações de influência e dependência estabelecidas a partir da incorporação de novas tecnologias nos países da região.

Em 1970, a vitória de Salvador Allende conduziu à criação do CEREN (Centro de Estudos da Realidade Nacional), por onde passaram Armand e Michelle Mattelart. Lá foram apresentadas importantes pesquisas que discutiam o domínio das multinacionais na comunicação latino-americana. Assim sendo, foi entre o final dos anos 1960 e início da década de 1970 que se inaugurou uma reflexão efetivamente latino-americana da comunicação, pois as condições estruturais do subdesenvolvimento da região passaram a ser levadas em conta e incorporadas às análises, de modo que o panorama político da região se tornou a marca da reflexão teórica aqui produzida.

Entretanto, a irrupção das ditaduras militares em diversos países da região interrompeu os processos de pesquisa em comunicação que vinham sendo desenvolvidos, fossem mais avançados (Chile) ou em estado de gestação (Brasil). Como diversos teóricos sofreram perseguição política e até mesmo o exílio, as pesquisas passaram a ultrapassar as fronteiras nacionais, conforme evidenciado pela criação de centros como o ILET (Instituto Latino-Americano de Estudos Transnacionais), sediado no México.

A partir dos anos 1980, notou-se um declínio dos centros e institutos de investigação em comunicação. A pesquisa-denúncia da década anterior deu lugar à pesquisa-ação, que passou a se interessar cada vez mais pela Comunicação Popular e alterou as pautas da Teoria da Comunicação: solicitava outras referências teóricas e metodológicas, propiciava um deslocamento do espaço universitário e deixava de lado a exclusividade de tratar meios, canais e mensagens para tratar da cultura. Ao final da década, os estudiosos da comunicação reconheciam a Comunicação Popular e Alternativa como um “dado” da realidade da América Latina (BERGER, 2019, p. 10).

Na década seguinte o que se constatou foi a necessidade de revisões, críticas e assimilações de novos olhares, visto que àquela época as fronteiras entre as linhas teóricas não eram claras. Para Barbero (*apud* BERGER, p. 12), estava sendo construído naquele momento um novo modelo de análise que colocava a cultura como mediação social e

teórica da comunicação com o popular, e seria essa convergência de preocupações que garantiria o “tônus” caracterizador da pesquisa em comunicação na América Latina.

Prysthon (2004) considera que conceitos ligados à pós-modernidade, globalização e as condições da modernização latino-americana – um processo que aqui, na “periferia”, ocorria em desigualdade e descompasso com o “centro” – também se mostraram um foco dos Estudos Culturais e Teorias da Comunicação que eram desenvolvidos na América Latina à época. Para a autora, esses termos representam um novo paradigma das ciências sociais latino-americanas, paradigma este que apresentava diversos pontos em comum com a teoria pós-colonial, mas não coincidia totalmente com ela.

Os Estudos Culturais latino-americanos, em particular, se basearam nos Estudos Pós-coloniais de língua inglesa para formular uma teoria de representação que levasse em conta o problema da subalternidade. Houve até mesmo a criação de um Grupo Latino-americano de Estudos Subalternos, o qual estabeleceu um estudo da cultura latino-americana que recuperasse as especificidades da subalternidade e corrigisse as distorções estabelecidas pelas abordagens hegemônicas. Era imperativo para esse grupo uma revisão não só do conceito de subalternidade, como também o escrutínio das concepções de nação, identidade nacional, política e cultura que estavam implicadas na história prévia do pensamento latino-americano:

Representar a subalternidade na América Latina, em quaisquer das formas que ela toma, em qualquer lugar que apareça – nação, *hacienda*, local de trabalho, casa, setor informal, mercado negro -, achar o espaço em branco onde ela fala como um sujeito social político, requer que nós exploremos as margens do estado. (...) Nós precisamos ser cuidadosos, no processo de conceituar a subalternidade, para não cairmos na armadilha do problema, dominante nas articulações prévias da liberação nacional(...), da elite nacional como subalterna, ou seja, como tradutor, transcrevente, intérprete, editor: evitar, em outras palavras, a construção das intelligentsias pós-coloniais como “arrendatários” na hegemonia cultural metropolitana. (LATIN AMERICAN SUBALTERN STUDIES GROUP, 1993, p. 119, tradução nossa)<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> No original: “To represent subalternity in Latin America, in whatever form it takes wherever it appears – nation, hacienda, work place, home, informal sector, black market – to find the blank space where it speaks as a social political subject, requires us to explore the margins of the state. (...) We must be careful, in the process of conceptualizing subalternity, not to ensnare ourselves in the problem, dominant in previous articulations of “national” liberation (...), of the national elite itself as subaltern, that is, as transcriber, translator, interpreter, editor: to avoid, in other words, the construction of postcolonial intelligentsias as “sharecroppers” in metropolitan cultural hegemony.”

Entretanto, o esforço em repensar a subalternidade e suas relações com as identidades nacionais e políticas de superação do subdesenvolvimento acaba revelando a dualidade centro-margens, mais servindo para designar a crise da “centralidade” do Ocidente. Ao tentar descentralizar conceitos como identidade, hibridismo e a diferença cultural da região, as teorias latino-americanas à época propunham uma inversão de valores, onde as margens passam a ser o centro e vice-versa, visando celebrar a diferença. Prysthon (2004), contudo, alerta que celebrar demasiadamente essa diferença pode ser controverso e ingenuamente otimista.

Ao final do século, Marques (apud DUARTE, 2008, p. 72) apontou posturas e problemas das pesquisas latino-americanas em Comunicação, algumas das quais sendo: (a) a baixa autoestima da comunidade acadêmica latino-americana, potencializada pelas mudanças de políticas econômicas que reduzem o papel do Estado e atribuem papéis significativos ao mercado e à sociedade civil; (b) a lentidão do processo de difusão do pensamento comunicacional latino-americano, resultado de barreiras como a amnésia histórica e a valorização exclusiva de metodologias importadas dos países desenvolvidos; (c) a posição secundária à qual a Escola Latino-Americana de Comunicação foi relegada pela comunidade acadêmica na maioria dos cursos de comunicação social da região, isso quando sequer era abordada; (d) a dependência do mercado; dentre outros.

Tomando como ponto de partida essas problemáticas levantadas, faz-se necessário abordar de que forma as pesquisas em comunicação latino-americanas podem se configurar dentro de uma abordagem pós-colonial.

### **Por uma comunicação latino-americana pós-colonial**

Como exposto no tópico anterior, os debates sobre comunicação centrados numa perspectiva latino-americana ainda são muito recentes. Para a região (assim como diversas outras partes do globo), a fonte teórica primária provém da Europa e dos Estados Unidos, sendo que os primeiros cursos superiores de comunicação social surgiram por aqui na década de 1930 – ainda sob forte influência anglo-saxônica (TAVARES e FERNANDES, 2021, p. 114).

Esse não é um problema restrito à comunicação, mas às ciências sociais como um todo. O papel delas neste mundo ex-colonial foi o de estabelecer contrastes com a experiência histórica universal da experiência europeia, no sentido de identificar as

“carências” e “deficiências” que precisam ser superadas. Os diversos recursos históricos (evangelização, modernização, “fardo do homem branco”, desenvolvimento, globalização, etc.) se sustentavam na premissa de que conduziam a um padrão civilizatório superior e normal.

Assim, as ciências sociais se constituíram nesse espaço de poder moderno/colonial e nos conhecimentos ideológicos gerados por ele, de modo que em nenhum momento se configuraram como uma ruptura, e sim como uma continuidade. Estruturaram-se, portanto, como uma forma de colonialidade do saber.

Apesar deste papel realizado por séculos, essas ciências não devem se limitar a serem uma mera recontagem do passado, tampouco a busca de regularidades de uma perspectiva não-histórica. Para que assumam sua verdadeira relevância hoje, é imprescindível a reunificação epistemológica do mundo do conhecimento (SEGRERA, 2005, p. 95-96).

Nesse sentido, as teorias pós-coloniais surgem como um espaço de ressignificações e importantes contribuições que reavaliam a história escrita da perspectiva de forças hegemônicas. Segundo Castro-Gómez (2005, p. 83), são justamente as teorias pós-coloniais que ajudam a compreender que o processo do surgimento dos Estados nacionais na Europa e na América entre os séculos XVIII e XIX não é um processo autônomo, mas está diretamente atrelado à consolidação do colonialismo europeu no além-mar. É a negação dessa ligação entre a modernidade e o colonialismo pelas ciências sociais que atesta a sua limitação conceitual, de forma que tal negação não apenas torna aquela narrativa incompleta, como evidencia seu caráter ideológico.

A despeito das potencialidades trazidas pelo campo pós-colonial, ele não está isento de críticas. Coronil (2005, p. 50) considera surpreendente que a grande maioria desses estudos se centrem sobre os impactos do colonialismo europeu na África e Ásia, ainda que países europeus como Espanha, Portugal, Holanda, França e Inglaterra tenham desenvolvido projetos coloniais na América. Esta exclusão levou a uma ausência da temática do imperialismo nestes estudos, sendo este um assunto caro aos pesquisadores latino-americanos desde os processos de independência no continente americano desde o século XIX.

Esses questionamentos são partilhados por Prysthon (2004), que destaca que o campo pós-colonial é majoritariamente divulgado em inglês, língua ainda predominante nas ex-colônias europeias – especialmente as britânicas – na Ásia, África e Caribe, bem

como nos fenômenos diaspóricos que levaram os teóricos dessas regiões às universidades anglo-americanas, principais centros de estudo dessas teorias a nível global. Enquanto a maioria dessas ex-colônias se libertaram do julgo colonizador apenas a partir da segunda metade do século XX, os países pós-coloniais da América Latina já o tinham feito há cerca de dois séculos. Isso não apaga seus passados coloniais, mas ilustra as diferenças existentes dentro do campo pós-colonial, que acaba se revelando de certa forma limitador para se estudar a diversidade dessas experiências coloniais.

Embora haja tais ausências e silenciamentos dentro do campo pós-colonial, é notável que o pensamento latino-americano, embora esteja longe de assumir um corpo coerente, não deixou de apresentar perspectivas que questionassem o caráter colonial/eurocêntrico dos saberes apresentados sobre o continente. Montero (apud LANDER, 2005, p. 15) afirma que é possível se falar da existência de uma perspectiva Outra, uma forma de ver o mundo e interpretá-lo a partir de certas ideias centrais articuladoras, as quais são:

- Uma concepção de comunidade e de participação assim como do saber popular, como formas de constituição e ao mesmo tempo produto de uma episteme de relação.
- A ideia de libertação através da práxis, que pressupõe a mobilização da consciência, e um sentido crítico que conduz à desnaturalização das formas canônicas de aprender-construir-ser no mundo.
- A redefinição do papel do pesquisador social, o reconhecimento do Outro como Si Mesmo e, portanto, a do sujeito-objeto da investigação como ator social e construtor do conhecimento.
- O caráter histórico, indeterminado, indefinido, inacabado e relativo do conhecimento. A multiplicidade de vozes, de mundos de vida, a pluralidade epistêmica.
- A perspectiva da dependência, e logo, a da resistência. A tensão entre minorias e majorias e os modos alternativos de fazer-conhecer.
- A revisão de métodos, as contribuições e as transformações provocados por eles. (MONTERO apud LANDER, 2005, p. 15)

Para Segrera (2005, p. 101), é fundamental pensar a América Latina a partir de si mesma, sem provincianismos, para avançar na reunificação organizativa das ciências sociais de forma que estas reassumam seu papel de centralidade no mundo após a debilidade que enfrentaram no final do século XX. Para o autor, é preciso estabelecer um conjunto de prioridades compartilhadas por todos, capazes de dar resposta às urgências do continente, de sua sociedade civil e de suas classes políticas, para coordenadamente estabelecer uma nova agenda das pesquisas em ciências sociais na região.

Segundo Prysthon (2004), é necessário tomar cuidado com a apropriação feita pelo neoliberalismo do discurso das diferenças, pois a apropriação destas serve à manutenção da hegemonia. Para a autora, a identidade cultural latino-americana é apropriada por um sistema “multiculturalista” através da sua “diferença”, mas que de fato se constitui como apenas uma “diferença” a mais. “(...) O neoliberalismo admite, então, a *diferença* simplesmente porque estas formam um quadro de igualdade, um sistema de ‘*diferenças uniformes*’” (PRYSTHON, 2004).

Entretanto, ela lembra que um sistema que valoriza as diferenças estabelece um valor positivo às sociedades culturalmente mais heterogêneas como as latino-americanas. Assim, é necessário que, ao mesmo tempo em que haja reconhecimento das possibilidades desse processo, se leve em conta os perigos das inversões de hierarquias culturais e absolutização das diferenças.

Por fim, Castro-Gómez (2005, p. 86) crê que o grande desafio das ciências sociais latino-americanas está em repensar a tradição crítica (incluindo-se autores europeus como Adorno, Horkheimer, Sartre, Althusser e outros) à luz da teorização pós-moderna e vice-versa. Para o autor, a teoria crítica de uma sociedade é tornar visíveis os novos mecanismos de produção de diferenças em tempos de globalização; e no caso latino-americano, o desafio maior passa a ser uma “descolonização” das ciências sociais e da filosofia.

(...) O que se trata agora é de livrar-nos de toda uma série de *categorias binárias* com as quais trabalharam no passado: as teorias da dependência e as filosofias da libertação (colonizador *versus* colonizado, centro *versus* periferia, Europa *versus* América Latina, desenvolvimento *versus* subdesenvolvimento, opressor *versus* oprimido, etc.), entendendo que já não seja possível conceitualizar as novas configurações do poder com ajuda desse instrumental teórico. Deste ponto de vista, as novas agendas dos estudos pós-coloniais poderiam contribuir para revitalizar a tradição da teoria crítica em nosso meio. (CASTRO-GÓMEZ, 2005, p. 86)

### Considerações finais

O caráter recente das pesquisas latino-americanas em Comunicação, embora inscrito dentro do panorama maior das pesquisas das ciências sociais no continente (que remontam aos processos de independência dos séculos XVIII e XIX), reflete as marcas que o colonialismo por aqui deixou. É impossível – e desonesto – negar as diversas facetas

que o colonialismo assumiu, seja nas relações sociais, culturais, econômicas, políticas e raciais.

Esse colonialismo foi amparado pela construção de um discurso e de imaginários legitimados pelas ciências sociais elaboradas na Europa, representando uma forma de colonialidade do saber. Daí a importância de se buscar um aporte teórico pós-colonial, que se desprenda dos elementos colonialistas que até então são intrínsecos nos discursos e métodos científicos.

Contudo, como proceder quando as próprias teorias pós-coloniais não abarcam a realidade latino-americana? Vale mencionar que os processos de independência dos países americanos foram conduzidos pelas elites *criollas*, que com suas duplas consciências (tanto americanas quanto europeias) se distinguiram dos povos nativos que conduziram as lutas anti-coloniais no século XX na África e na Ásia. A condução destes processos ajuda a entender como as teorias pós-coloniais se estabeleceram mais firmemente nesses dois continentes do que na América Latina, o que não quer dizer que não houve aqui correntes teóricas que contestassem o modelo colonialista e imperialista que persistiu mesmo após o fim da colonização europeia.

A Comunicação latino-americana, assim como tantos outros processos, está entranhada nesse panorama complexo que o continente viveu e vive, mas não sem resistência, outros direcionamentos e possibilidades. Mesmo que em suas primeiras décadas a pesquisa aqui desenvolvida ainda dependesse de modelos externos (especialmente os anglo-saxônicos), é possível observar como a partir das décadas de 1960 e 1970 ela passou a priorizar um caminho que buscasse uma maior autenticidade. Seja na pesquisa-denúncia, na pesquisa-ação, no destaque à Comunicação Popular, nas revisões teóricas, na transdisciplinaridade, nos centros de pesquisa e eventos transnacionais, não restam dúvidas de que um percurso autônomo e legitimamente latino-americano vem sendo consolidado.

Ainda é cedo para falar de uma Teoria ou Escola de Comunicação Latino-Americana (embora houvesse e haja nomes que defendessem sua existência), mas o aporte teórico e a revisão sistemática trazida nesse trabalho ajudam a entender que há décadas vem se pavimentando um caminho que aponte para uma gama de pesquisas que ajudam a elucidar as complexidades da formação e dos processos que compõem a América Latina sob o viés comunicacional. O que lhes falta é uma associação mais direta

com as correntes teóricas do pós-colonialismo para olhar mais para o passado do continente americano a fim de compreender seu presente e se preparar para o seu futuro.

## Referências

BALD, Marcele. **A identidade crioula e a literatura hispano-americana: uma revisão histórica**. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade do Vale do Taquari, Lajeado, 2009.

BERGER, Christa. **A pesquisa em comunicação na América Latina** (apontamentos em sala de aula). 2019. Disponível em: <<https://edisciplinas.usp.br/course/view.php?id=66522#section-8>>. Acesso em: 26 jul. 2021.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In: LANDER, Edgard (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2005, cap. 6, p. 80-87.

CORONIL, Fernando. Natureza do pós-colonialismo: do eurocentrismo ao globocentrismo. In: LANDER, Edgard (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2005, cap. 4, p. 50-62.

DUARTE, Gustavo Adolfo León. Escuela Latinoamericana de Comunicación (ELACOM): referente histórico y conquista de la hegemonía en el pensamiento latinoamericano de la comunicación. In: CORELLA, María Antonieta Rebeil. **XV Anuario de Investigación de la Comunicación CONEICC**. Ed. Universidad Autónoma de San Luís Potosí, 2008, p. 51-83.

DUBOIS, W.E.B. **The souls of black folk**. Project Gutenberg, 1996. Disponível em: <https://www.gutenberg.org/files/408/408-h/408-h.htm>. Acesso em: 05 ago. 2023.

LANDER, Edgard. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: LANDER, Edgard (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2005, cap. 1, p. 8-23.

LATIN AMERICAN SUBALTERN STUDIES GROUP. Founding Statement, **Boundary 2**, v. 20, n. 3, 1993, p. 110–21. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/303344>. Acesso em: 05 Ago. 2023.

MIGNOLO, Walter D.. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, Edgard (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2005, cap. 3, p. 33-49.

PRYSTHON, Angela. Interseções da teoria crítica contemporânea: estudos culturais, pós-colonialismo e comunicação. **E-Compós**, v. 1, 2004, DOI: <https://doi.org/10.30962/ec.7>.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgard (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2005, cap. 9, p. 107-130.

TAVARES, Camilla Quesada; FERNANDES, Marina Michelis de Lima. A América Latina na cobertura noticiosa: uma análise da editoria mundo dos portais Folha de S. Paulo e O Globo. **Revista Latinoamericana de Ciencias de La Comunicación, ALAIC**, v. 20, n. 36, p. 109-123, 2021. Disponível em: <<http://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/issue/view/45>>. Acesso em: 26 jul. 2021.